



06 DE ABRIL DE 2016

Quarta-feira

- INCERTEZA POLÍTICA E FALTA DE GARANTIA ATRAPALHAM ADESÃO AO PPE
- NEM SINDICATOS 'FORTES' CONSEGUEM REAJUSTES SALARIAIS ACIMA DA INFLAÇÃO EM 2015
- FCA ANUNCIA INVESTIMENTO DE US\$ 500 MILHÕES NA ARGENTINA
- PSA PEUGEOT CITROËN AINDA ENFRENTA O DESAFIO DE LOCALIZAR
- FOTON ESCOLHE SCHWABEN PARA PROJETO DE NACIONALIZAÇÃO
- GRUPO PSA SE REERGUE E ANUNCIA NOVO PLANO ESTRATÉGICO GLOBAL
- ARTIGO: DIALÉTICA
- INDICADOR DE DESEMPREGO RECUA 0,2% EM MARÇO ANTE FEVEREIRO, APONTA FGV
- CRISE ECONÔMICA LEVA BANCOS MÉDIOS A PREJUÍZO, DIZ LEVANTAMENTO
- VOTORANTIM INDUSTRIAL TEM LUCRO MENOR EM 2015, MAS GERAÇÃO DE CAIXA SEGUE FORTE
- PROJETO BUSCA SOLUÇÕES PARA SETOR METALMECÂNICO EM NOVA FRIBURGO, RJ
- TRUMPF LEVARÁ ALTA TECNOLOGIA À FEIMEC, UMA NOVA PROPOSTA PARA O SETOR DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS
- GLENCORE PODE VENDER FATIA EM NEGÓCIO AGRÍCOLA, DIZ JORNAL
- STATE GRID VISITA ABENGOA E ESTUDA AQUISIÇÕES, DIZEM FONTES
- CONJUNTURA COMPLEXA DESAFIA O SETOR
- PEDIDOS DE RECUPERAÇÃO BATEM RECORDE
- PLENÁRIO AVANÇA NA DISCUSSÃO DA PEC DOS PRECATÓRIOS E DA QUE AGILIZA PROCESSOS POR ACIDENTE DE TRABALHO
- COMISSÃO DA DESBUROCRATIZAÇÃO DO SENADO ACATA SUGESTÕES DA FENACON, FBC IBRACON E CFC
- FECHAMENTO DE EMPRESAS DEVERÁ SER FEITO EM DOIS DIAS ÚTEIS, SEGUNDO PROJETO DE HÉLIO JOSÉ
- REGISTRO DE MEIS SUPERA ABERTURA DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS ABERTAS NO BRASIL

- FIAT CHRYSLER ANUNCIA INVESTIMENTO DE US\$ 500 MILHÕES NA ARGENTINA
- TERNIUM TERIA PLANOS DE LAMINAR PLACAS ARGENTINAS NA USIMINAS DE CUBATÃO
- NOKIA CORTARÁ MILHARES DE POSTOS DE TRABALHO DEPOIS DE ACORDO COM ALCATEL
- ESTUDO CRITICA ELEVADA CARGA TRIBUTÁRIA E PROPÕE NOVO SISTEMA
- GOVERNO BRITÂNICO NEGOCIA VENDA DE SIDERÚRGICA DA TATA PARA SALVAR EMPREGOS

CÂMBIO EM 06/04/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,659	3,659
Euro	4,181	4,182

Fonte: BACEN

Incerteza política e falta de garantia atrapalham adesão ao PPE

06/04/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo



Programa criado pelo governo federal para estancar demissões tem sido encarado com desconfiança pelos sindicalistas

Criado há menos de um ano pelo governo federal para estancar as demissões pelo País, o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) tem sido encarado com desconfiança pelos sindicalistas. As duas principais queixas são a falta de uma garantia maior de estabilidade ao trabalhador e, mais recentemente, o medo de que o possível impeachment da presidente Dilma Rousseff derrube o benefício.

As empresas que aderem ao PPE podem reduzir a jornada e os salários dos funcionários em até 30%, por um período máximo de 12 meses, prorrogáveis por mais 12. Metade da perda salarial, contudo, é compensada pelo governo, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Lançado em julho do ano passado, o programa foi elaborado para ser provisório. A ideia é que os empregadores diminuam seus custos e consigam atravessar a crise econômica sem realizar cortes de vagas. E, durante essa travessia, o trabalhador não teria seu salário reduzido na mesma proporção que a jornada.

A polêmica está na estabilidade do emprego. Pelas regras do PPE, os funcionários não podem ser demitidos por um período correspondente a um terço do tempo de adesão. Por exemplo, se a empresa adere ao programa por 12 meses (o máximo permitido, caso não haja prorrogação), os empregos estão garantidos por mais quatro meses após a utilização do mecanismo. Esta garantia máxima de quatro meses, no entanto, é considerada curta por sindicalistas, que ressaltam o aprofundamento da crise econômica e a falta de perspectivas de recuperação.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, Aparecido Inácio da Silva, mais conhecido como Cidão, conta que algumas empresas o procuraram para negociar uma adesão ao PPE. Contudo, como o sindicato não vê vantagens no programa, não houve espaço para conversa.

"Se aderirmos ao programa por um ano, teremos mais quatro meses de estabilidade. Isso é muito pouco, porque daqui um ano e quatro meses, o mercado não estará melhor. Temos a impressão de que o empresário que adere ao PPE está economizando agora para depois ter como pagar a indenização dos que serão demitidos lá na frente", disse.

Os que criticam o PPE afirmam que o programa oferece menos estabilidade que o lay-off. Neste instrumento, o trabalhador tem seu contrato suspenso por um determinado período, mas segue recebendo seu salário. O tempo livre deverá ser aproveitado para fazer cursos de qualificação profissional.

A garantia do emprego após o lay-off é de três meses, mas pode ser ampliada por meio de negociação entre o sindicato e a empresa. Neste caso, é possível conseguir uma estabilidade maior do que a oferecida pelo PPE. Como ocorreu em agosto de 2014, quando os metalúrgicos de São José dos Campos aceitaram proposta da GM que garantia o emprego dos trabalhadores por seis meses.

A crise política, que paralisou o País e pode resultar no impeachment da presidente Dilma Rousseff, também preocupa. "O cenário está muito inseguro, ninguém sabe o que vai acontecer.

Então não há interesse em fazer um acordo que não te dá perspectiva alguma, sem que haja uma decisão política", lamentou João Alves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, em Minas Gerais, onde está instalada a fábrica da Fiat, que emprega cerca de 18 mil pessoas.

Apesar da preocupação dos sindicalistas, o advogado trabalhista André Villac Polinésio, sócio da Peixoto & Cury Advogados, esclarece que não há motivos para questionar a validade dos acordos firmados entre empresas e sindicatos no âmbito do PPE. "Este programa é um ato jurídico perfeito.

A Constituição reconhece a validade dos acordos coletivos assinados e celebrados entre as partes. Por isso, não vejo risco de questionamentos independentemente do que ocorra na esfera política", afirmou. O PPE foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff em novembro do ano passado, como medida provisória.

Um dos principais entusiastas do PPE, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques, reconhece que a crise política atrapalha a recuperação da economia, mas nega que a possível saída de Dilma coloque o programa em risco. Para ele, a medida tem cumprido o seu objetivo de evitar demissões.

Pelas suas contas, só no ABC, 22 mil trabalhadores estão cadastrados no programa. "É melhor do que o lay-off, onde há a possibilidade de você pode ser demitido logo depois do fim do período", afirmou.

Marques lamenta, no entanto, que o empresariado não tenha se comprometido com o programa. "Boa parte dos empresários poderia já ter aderido e não aderiu, ou por preconceito ou por falta de experiência em negociações com sindicatos", afirmou. "Mas isso pode ser pelo fato de o PPE ainda ser novidade. O lay-off, quando foi instituído, nos anos 1990, só a Ford utilizou. Depois, com a piora da economia (no fim dos anos 1990), passou a ser um recurso mais utilizado pelas empresas", lembra.

Em balanço divulgado pelo governo no fim de fevereiro, o PPE contava com cerca de 53 mil trabalhadores cadastrados, espalhados em dezenas de empresas. Para tentar aumentar a adesão, o governo tem buscado, desde que o programa foi sancionado, em novembro do ano passado, divulgar o programa no País. A estratégia tem surtido efeito, diz o Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Antes da sanção, 45 termos de adesão foram emitidos. Depois, outros 61.

Sobre a comparação entre o PPE e o lay-off, o governo argumenta que, no PPE, está garantido o recolhimento do FGTS e do INSS, enquanto no lay-off, não. "Os recursos (destinados ao lay-off) são utilizados unicamente para pagamento do seguro-desemprego, na modalidade Bolsa Qualificação, sem o recolhimento dos encargos", afirma nota do ministério.

Nem sindicatos 'fortes' conseguem reajustes salariais acima da inflação em 2015

06/04/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo



Pela 1ª vez em mais de dez anos, metalúrgicos e petroleiros tiveram só a reposição da inflação, sem ganho real na renda

A recessão da economia e as crises intrínsecas aos setores da atividade em 2015 levaram aos piores resultados de negociações salariais desde 2002, inclusive nas categorias com sindicatos mais fortes.

No caso de metalúrgicos e petroleiros, foi a primeira vez em mais de dez anos em que os acordos garantiram apenas a reposição da inflação, sem ganho real na renda. O resultado reflete esforços para evitar demissões em um ambiente que não lembra em nada o de aumentos salariais significativos durante os anos 2000.

Na década passada, a estabilidade econômica permitiu a sindicalistas garantir até reajustes nominais equivalentes ao dobro da inflação. Foi o caso dos metalúrgicos do Estado de São Paulo em 2009, segundo Luiz Carlos da Silva Dias, presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos (FEM).

O ganho real na época foi da ordem de 4,8%. "De 2003 a 2014, o ganho real acumulado está na casa de 35%. O período do governo Lula e o primeiro mandato da presidente Dilma foram muito bons neste aspecto", avalia. Já em 2015, o aumento do salário da categoria ficou em 9,88%, um número alto, mas apenas suficiente para

compensar a taxa acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período.

José Maria Rangel, coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros, aponta a crise global do setor de óleo e gás como fator agravante da piora das condições ao negociar com a Petrobrás. "A discussão se pautou mais para buscar alternativas para a empresa sair deste momento difícil", afirmou.

Segundo o sindicalista "havia problemas bem maiores" do que ter ganho real de salário. O reajuste dos petroleiros da estatal em 2015 ficou em 9,58%, repondo o IPCA acumulado em 12 meses. A título de comparação com o ganho real nulo de 2015, a categoria já chegou a ter reajustes 3,8% acima da inflação nos últimos dez anos.

Segundo o pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Hélio Zylberstajn, é natural que à medida que a recessão econômica se aprofunde, o foco dos sindicatos migre do aumento da renda para a manutenção do emprego. "Evitar demissões se torna o objetivo preponderante, mesmo que seja às custas de não ter crescimento salarial", resume.

Ao comparar a situação atual com a de 2002, última vez em que FEM e FUP não conseguiram garantir ganho real de salário aos trabalhadores, Zylberstajn ressalta que o ponto em comum é a inflação elevada. "Isso fez com que tanto lá em 2003 como agora, a proporção de reajustes abaixo da inflação fosse muito elevada", disse.

Olhando para frente, no entanto, o pesquisador faz um alerta. "No passado, quando a recuperação da economia chegou, o quadro da atividade, que não estava tão ruim, se reverteu rapidamente. Agora, a situação está pior", o que sugere, segundo o especialista, que a reversão das condições de barganha junto aos padrões deve demorar a se concretizar.

O projeto Salariômetro, coordenado por Zylberstajn, revela que entre 2007 e 2014, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) variou entre 3% e 8%, os aumentos medianos reais de todas as categorias oscilaram, com poucas exceções, entre 0% e 2%.

Os dados mostram ainda que quando a alta de preços rompeu a barreira dos 8%, entre julho e outubro de 2015, os ganhos medianos reais caíram a zero. Após o INPC ultrapassar os 10%, entre novembro de 2015 e fevereiro de 2016, houve perda real de salário.

Quando se observa o reajuste médio em vez do mediano, o Salariômetro sinaliza que a situação é ainda mais crítica. Em julho, a variação do ganho real dos trabalhadores já estava negativa em 2%, chegando a um recuo mais forte que 6% em dezembro.

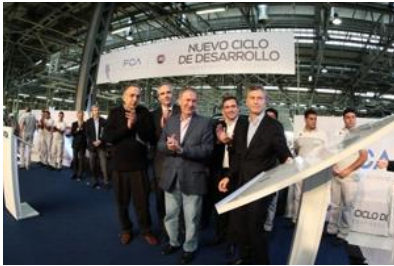
Antes de 2015, apenas em fevereiro de 2009 foi registrada uma perda real de salário na média e, mesmo assim, a média dos reajustes não chegou a ser 2% inferior à inflação do período, voltando ao campo positivo nos meses seguintes.

Para Fábio José Ferreira da Silva, do Conselho Regional de Economia de Pernambuco, em momentos como o atual, dificilmente uma categoria escapa de condições mais duras nas negociações com patrões.

As mais sindicalizadas, no entanto, são as que têm melhores condições de minimizar os efeitos negativos sobre os trabalhadores. "Piora para todo o mundo, mas piora um pouco menos para quem tem sindicatos mais fortes", disse.

FCA anuncia investimento de US\$ 500 milhões na Argentina

06/04/2016 – Fonte: Automotive Business



A fábrica da FCA Fiat Chrysler Automobiles em Córdoba, na Argentina, onde são montados modelos Fiat, receberá investimento de US\$ 500 milhões para a produção de um novo modelo sobre plataforma modular cujo lançamento é previsto para 2017 e destinado ao mercado de exportação, principalmente América Latina, além de outros em potencial.

O anúncio foi feito pelo CEO global do grupo, Sergio Marchionne, na terça-feira, 5, durante cerimônia realizada na própria unidade e que contou com a presença do presidente do país, Mauricio Macri. Com o aporte, a unidade elevará sua capacidade produtiva para mais de 100 mil unidades por ano.

“Trata-se de uma decisão que eleva a planta de Córdoba a uma posição de destaque no sistema industrial da FCA na América Latina”, disse Marchionne. “Esta fábrica receberá a mais moderna tecnologia hoje disponível no sistema industrial da FCA”, acrescentou.

Também participaram da solenidade o governador de Córdoba, Juan Schiaretti, e o prefeito da cidade, Ramón Mestre. O presidente Macri foi acompanhado pelos ministros da Produção, Francisco Cabrera, e do Interior, Rogelio Firgerio, e pelo secretário geral da presidência, Fernando de Andreis.

Eles foram recebidos por Stefan Ketter, presidente da FCA para a América Latina, Cledorvino Belini, presidente de desenvolvimento da companhia para a região, Cristiano Rattazzi, presidente da FCA Argentina, e Roberto Gigliarelli, diretor geral da FCA Automobiles Argentina e América Latina.

“Este investimento consolida a planta de Córdoba como um centro de produção de classe mundial e como um polo exportador para toda a América Latina e outros mercados potenciais”, afirmou Ketter. “A FCA reforça sua presença na América Latina, uma região estratégica para o desenvolvimento de nossas marcas”, ressaltou.

ESTRATÉGIA

O novo investimento anunciado para a Argentina se enquadra no plano estratégico industrial da FCA para a região além de se ajustar às exigências do governo local para o setor automotivo sobre elevar o nível de nacionalização, integração local e competitividade.

Com o objetivo de integrar cada vez mais seus conteúdos locais em patamar acima de 50%, o novo projeto para Córdoba tem importante perfil exportador, uma vez que mais de 80% da produção será destinada ao mercado externo, especialmente os da América Latina.

O investimento de US\$ 500 milhões na planta será alocado em modernização dos processos produtivos e de qualidade de acordo com o sistema World Class Manufacturing (WCM), além do desenvolvimento de fornecedores, pesquisa e capacitação.

O plano prevê a instalação de mais de 150 robôs na unidade de funilaria, elevar o grau de automação na linha de produção, nova linha de montagem de motores paletizada, com novos padrões de qualidade, ampliação e modernização da sala metrológica com a introdução de novos equipamentos de medição, a criação de um centro de comunicação, a exemplo da fábrica da FCA em Goiana (PE), que utiliza um amplo espaço central na unidade para o trabalho conjunto e integrado de equipes correlatas.

Além disso, uma nova linha de montagem e de testes para a nova caixa de transmissão automática que será utilizada no novo veículo.

Sobre o carro, a FCA informa que será produzido apenas na planta de Córdoba, decisão que prevê grande esforço no desenvolvimento de fornecedores locais. A empresa prevê que mais de vinte novos fabricantes de autopeças devem se somar ao parque atual para produzir cerca de 600 itens.

O projeto pretende superar os 50% de conteúdo local, o que implica aumentar o volume de compras na Argentina. Segundo a companhia, sua decisão em elevar o nível de localização vai gerar novos empregos na cadeia e impacta positivamente um universo calculado em 20 mil pessoas, mais da metade em Córdoba, que mantém vínculo com as atividades do complexo industrial da empresa em Ferreyra.

Em paralelo, a FCA reforça que mantém seus planos no Brasil onde prevê o lançamento de três modelos ainda este ano como parte do investimento que soma R\$ 15 bilhões de 2013 até o fim de 2016.

PSA Peugeot Citroën ainda enfrenta o desafio de localizar

06/04/2016 – Fonte: Automotive Business

Em 2015 a PSA Peugeot Citroën obteve pela primeira vez lucro na operação da América Latina. O bom resultado, no entanto, não é o suficiente para que Carlos Gomes, presidente da companhia na região, tire uma folga.

“É complexo. Cometemos erros no passado e ainda há muita coisa para fazer”, admite. O executivo acredita que seu principal desafio é aumentar o conteúdo local dos carros produzidos na região, que hoje gira em torno de 65%. A meta, ele conta, é elevar este índice para expressivos 90%.

Para chegar lá a companhia pretende reduzir suas importações de componentes pela metade nos próximos três anos com a ajuda da cadeia de fornecedores. “O problema é que há muitas empresas enfrentando dificuldades financeiras, que não conseguem se adaptar tão rápido às nossas necessidades”, aponta.

Ele estima que o grupo tenha 400 fornecedores na América Latina e a meta é diminuir a quantidade de parceiros. “Temos pouco mais de R\$ 4 mil de conteúdo importado, em média, em nossos carros e eu tenho a pressão de reduzir este número cada vez mais”, diz Gomes.

O processo de restringir as importações na PSA Peugeot Citroën acontecerá em paralelo com o aumento do compartilhamento dos componentes dos carros feitos pela empresa na América Latina. O número de plataformas produzidas localmente vai cair de cinco para apenas uma nos próximos anos.

“Esta plataforma ainda está em desenvolvimento”, revela. Segundo ele, a base modular faz parte do plano estratégico que a empresa apresentou na terça-feira, 5, em sucessão ao Back in the Race, que tinha como objetivo colocar os resultados da companhia novamente no azul e foi concluído em 2015, com dois anos de antecedência.

MAIS 2 ANOS DIFÍCEIS

A estratégia local da PSA Peugeot Citroën será conduzida justamente no momento em que o mercado brasileiro enfrenta a crise. Gomes não espera que as vendas passem de 2 milhões de unidades em 2016. "Prevejo mais dois anos de dificuldades", avalia.

Segundo ele, ainda que a situação econômica melhore, vai levar algum tempo para isso refletir nas vendas de veículos. "As pessoas estão com outras prioridades agora."

Para o executivo, a situação não é ideal, mas também não impede que a empresa conduza seus planos de elevar as vendas na América Latina.

O objetivo é aumentar tanto o market share, que está em 3,9% no continente, quanto a lucratividade. Gomes avalia que a Argentina será pilar importante desta evolução, com mudanças na política econômica desde que o presidente Mauricio Macri assumiu o governo.

"Somos um time. O Brasil já cobriu perdas da Argentina, mas hoje está acontecendo o contrário", assume.

Foton escolhe Schwaben para projeto de nacionalização

06/04/2016 – Fonte: Automotive Business



A Foton escolheu a empresa de engenharia Schwaben Engineering para desenvolver os projetos dos novos caminhões da marca a serem lançados no Brasil. Segundo a montadora, até o momento foram projetados diferentes veículos e suas variantes em processo que conta desde a análise de mercado até a validação técnica, passando pelas fases de conceituação, desenvolvimento dos componentes e sistemas, gerenciamento do projeto e qualidade, interface com os fornecedores, validações por meio de simulações numéricas e acompanhamento dos protótipos e testes.

Segundo a montadora, durante a escolha de seus fornecedores para o processo de nacionalização, realizou criteriosa seleção, tendo sido a Schwaben o melhor escritório de engenharia avaliado pela empresa.

"Com 36 fornecedores locais, a Foton Caminhões atingiu um nível de mais de 65% de conteúdo local, utilizando um inovador conceito denominado Codesign (sistema modular de desenvolvimento) que corresponde à estratégia da empresa em utilizar a expertise dos parceiros envolvidos no projeto", afirma Leandro Gedanken, gerente de engenharia e desenvolvimento da Foton Caminhões.

Para o executivo, a escolha dos parceiros ideais aliados as ferramentas e recursos utilizados, são fatores fundamentais e essenciais para o sucesso da empresa no Brasil. "Isto possibilita o atendimento das metas estabelecidas, com recursos e prazos, que atestam a eficiência estratégica e operacional definidas pela diretoria da empresa.

Em consequência dos resultados atingidos até o momento pela Foton e reconhecidos pela Foton China, estamos planejando o desenvolvimento de novos produtos em diversos segmentos do mercado", revela.

Entre as ferramentas utilizadas, a Foton Caminhões desenvolve todos os seus projetos

em CAD Catia 5 utilizando recursos como o DMU para estudos de packaging, montabilidade e viabilidade técnica, em conformidade com os padrões da matriz da Foton na China.

“A Foton em parceria com a Schwaben utiliza as mais modernas e inovadoras soluções de engenharia na área de desenvolvimento de produtos e simulações numéricas.

Sendo destaque a sinergia entre as equipes de CAD e CAE da engenharia, que aumenta o grau de maturidade dos componentes e sistemas e viabiliza a otimização e redução de massas e custos ainda na fase de concepção dos veículos, assegurando o atendimento das premissas e critérios de validação estabelecidos”, ressalta o diretor geral da Schwaben Engineering, Ricardo Guerra.

A montadora também conta com o recurso de digitalização óptica oferecido pela Schwaben, que permite a captura de geometrias (nuvem de pontos) dos mais variados tipos e tamanhos de componentes de forma rápida e precisa.

“Este recurso viabiliza processos de engenharia reversa para geração de modelos 3D, possibilitando a reconstrução de peças, moldes ou ferramentas, além de inspeções dimensionais e controle de qualidade”, completa Guerra.

Grupo PSA se reergue e anuncia novo plano estratégico global

06/04/2016 – Fonte: Automotive Business



Conforme havia adiantado no fim de fevereiro na ocasião da divulgação de seu balanço financeiro de 2015, o Grupo PSA anuncia na terça-feira, 5, o *Push to Pass*, seu novo plano estratégico global focado no desempenho e crescimento rentável. A iniciativa ocorre após a companhia concluir antes do previsto seu plano anterior baseado em reestruturação e saúde financeira que vinha desenvolvendo desde abril de 2014.

Em comunicado, a empresa informa que o *Push to Pass* cobrirá um período de 5 anos, entre 2016 e 2021 a fim de atender as necessidades de mobilidade antecipando a transformação do uso do automóvel. Serão feitos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de forma controlada aliada a uma gestão de custos de produção e dos custos fixos.

“Baseados em fundamentos revigorados, vamos lançar uma ofensiva mundial em termos de produtos e tecnologia. Graças a uma maior agilidade, estamos preparados para mudar o paradigma e antecipar as mutações do uso do automóvel. Nossa transformação digital fará do Grupo PSA uma empresa conectada com os seus clientes. Com o plano “*Push to Pass*”, vamos assegurar o crescimento orgânico rentável da PSA”, declarou em nota o presidente mundial do Grupo PSA, Carlos Tavares.

Com esta nova postura, o grupo elencou dois principais objetivos: alcançar margem operacional corrente média de 4% para a divisão Automotiva entre 2016 e 2018 elevando a meta para 6% em 2021 (em 2015, a margem operacional foi de 5%).

A segunda grande meta é atingir crescimento de 10% do faturamento entre 2015 e 2018, com 15% suplementares até 2021. Segundo o comunicado, estas estimativas são baseadas em uma taxa de câmbio constante. A PSA também anuncia a adoção de uma política de dividendos com um pagamento de 25% dos lucros a partir de 2016.

TRANSFORMAÇÃO TECNOLÓGICA

Para atingir seus novos objetivos, a PSA focará na evolução do seu modelo econômico e na geração de valor a partir das áreas passíveis de exploração para aumentar sua base atual de clientes.

Ações serão balizadas por meio de ferramentas como a digitalização, ofertas multimarcas no pós-venda, leasing, veículos usados, serviços de mobilidade e de gestão de frotas. Investimentos específicos em capital de risco contribuirão para desenvolver o portfólio de soluções de mobilidade.

Além disso, o desenvolvimento das marcas Peugeot, Citroën e DS será apoiado no alto nível de qualidade dos produtos e serviços com uma nova política de fixação de preços e um plano ofensivo de novos produtos, com 26 veículos (automóveis) e 8 utilitários, incluindo uma picape de 1 tonelada, volume que permitirá um novo veículo por região, por marca e por ano.

O plano inclui ainda uma estratégia voltada para a evolução tecnológica com o lançamento de 7 veículos híbridos plug-in e outros 4 elétricos além da introdução do programa de veículos conectados e autônomos.

Por fim, o comunicado ressalta que o Push to Pass constitui uma primeira etapa da companhia rumo à visão do Grupo PSA que constitui em "uma montadora na ponta da eficiência, fornecedora de serviços de mobilidade de referência". Para marcar a mudança e novos rumos, a companhia apresentou sua nova logomarca e informa que passa a adotar oficialmente a nomenclatura Grupo PSA, que integra as três marcas (Peugeot, Citroën e DS) deixando para trás a denominação PSA Peugeot Citroën.

Artigo: Dialética

06/04/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Num "suelto" recente, publicado neste mesmo espaço, fiz um inocente jogo de palavras e uma advertência.

O jogo consistiu em comparar o programa que a presidente Dilma Rousseff aprovou e autorizou o seu ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, a executar, com a "tese" numa discussão dialética.

O programa do PT (partido que, por definição, é o suporte do governo, embora o negue) seria a sua "antítese". Não há como obter deles uma "síntese", por maior que seja o contorcionismo dialético... A advertência referia-se ao fato que existem hoje, no mundo, vários países desenvolvidos sob regime democrático e que melhor do que "dialectar" é tentar entendê-los e melhor ainda, quando possível, tentar copiá-los com inteligência.

Recebi duas educadas observações. Uma recomendou-me tratar com mais respeito a dialética. Ela é coisa muito mais profunda do que eu possa imaginar. Concordo plenamente.

Numa carta de Marx a Engels (agosto de 1857), vi a dialética funcionando.

"(...) Na questão de Delhi –diz ele– tenho a impressão de que os ingleses serão forçados a uma retirada quando a estação das águas chegar... Eu arrisquei essa tese sob minha responsabilidade desde que tive a necessidade de substituí-lo, provisoriamente, como especialista militar no Tribune... É possível que eu esteja errado. Se esse for o caso, pode-se, sempre, corrigi-lo com um pouco de dialética. Evidentemente, coloquei as minhas matérias de forma a ter igualmente razão, mesmo

se estiver errado". (Marx-Engels, Correspondance, vol. 5, pg. 15, Edicions Sociales. O artigo foi publicado no "New York Daily Tribune").

Estou conformado. Se souber "dialeticar", posso provar que estou certo e errado no mesmo instante...

A segunda observação é produto de um desconforto produzido em cidadãos que continuam a imaginar que existem caminhos alternativos ainda não percorridos para a construção da sociedade civilizada, que admite, simultaneamente, a plena liberdade individual, impõe a busca persistente da igualdade de oportunidades para todos os cidadãos empoderados pelo sufrágio universal e tem no uso dos "mercados" a eficiente garantia da sua sobrevivência material.

Ignoram que a sociedade em que vivemos é produto de 10 mil anos de uma seleção histórica quase natural.

Aqui também o velho Karl deveria ser levado mais a sério. No famoso "Grundrisse", ele ensinou que "uma nação pode e deve aprender com as outras".

Vamos combinar. Marx foi um dos mais poderosos cérebros produzidos pela natureza para saber quem ela é, mas nunca foi o marxista inventado por seus asseclas... (Antonio Delfim Netto- Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

Indicador de desemprego recua 0,2% em março ante fevereiro, aponta FGV

06/04/2016 – Fonte: EM.com

O Indicador Coincidente de Desemprego (ICD) recuou 0,2% em março ante fevereiro, para 97,5 pontos, considerando os dados ajustados sazonalmente. O indicador apresenta assim a terceira queda consecutiva, sinalizando acomodação da taxa de desemprego neste primeiro trimestre de 2016, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV).

"A queda observada no ICD nos últimos meses não indica forte recuperação, nem redução da taxa de desemprego no curto prazo. Os indicadores indicam um mercado de trabalho ainda bastante difícil", ponderou o economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), Fernando de Holanda Barbosa Filho, em nota oficial.

A classe de renda que contribuiu majoritariamente para a queda do ICD foi a de consumidores com renda mensal familiar até R\$ 2.100,00, cujo Indicador de percepção de facilidade de conseguir Emprego (invertido) caiu 7,2% em março ante fevereiro.

O ICD é construído a partir dos dados desagregados, em quatro classes de renda familiar, da pergunta da Sondagem do Consumidor que procura captar a percepção sobre a situação presente do mercado de trabalho.

Antecedente de Emprego

O Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) avançou 1,8% em março ante fevereiro, nos dados com ajuste sazonal, para 73,8 pontos. O resultado representa uma retomada da tendência de crescimento do indicador, que tinha sido interrompida pela queda de 1,1% no mês anterior.

Com o desempenho, o indicador sinaliza atenuação do ritmo de queda do total de pessoal ocupado na economia brasileira ao longo dos próximos meses, destacou a Fundação Getulio Vargas (FGV).

"O IAEmp mostrou recuperação, mas ainda se encontra em patamar muito baixo, sinalizando um mercado de trabalho ainda fraco nos próximos meses", ponderou Fernando de Holanda Barbosa Filho, economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Os componentes que mais contribuíram para a alta do IAEmp em março foram os indicadores que medem o grau de satisfação com a situação atual dos negócios e o grau de otimismo com a evolução dos negócios nos seis meses seguintes, todos da Sondagem da Indústria. A ambos tiveram elevação de 4,5% em março ante fevereiro.

O IAEmp é formado por uma combinação de séries extraídas das Sondagens da Indústria, de Serviços e do Consumidor, todas apuradas pela FGV. O objetivo é antecipar os rumos do mercado de trabalho no País.

Crise econômica leva bancos médios a prejuízo, diz levantamento

06/04/2016 – Fonte: EM.com



Os bancos parecem o melhor negócio do Brasil, sobretudo em tempo de crise. Em muitos casos, são mesmo. Mas não em todos. A fraqueza da atividade econômica, o aumento da inflação e a alta do desemprego atingiram em cheio quase metade das instituições de médio porte.

Levantamento da agência de classificação de risco Austin Rating, a pedido do Correio, aponta que, de um grupo significativo de 45 instituições financeiras nessa categoria, houve problemas em quase a metade: 14 tiveram queda de lucro e cinco registraram prejuízo líquido em 2015. Outras duas não registraram crescimento — o que, com a inflação de dois dígitos, significa andar para trás.

Os 24 bancos restantes tiveram elevação de lucros. Os dados ainda apontam que a carteira de crédito desse segmento encolheu 0,9% em relação a 2014 — passou de R\$ 176,8 bilhões para R\$ 175,1 bilhões —, enquanto as provisões para perdas cresceram 9,2% e totalizaram R\$ 8,9 bilhões.

A agência de classificação de risco analisou os números dos bancos que publicaram os balanços do ano passado até 31 de março de 2016 e que tinham ativos entre R\$ 2 bilhões e R\$ 20 bilhões. Os resultados negativos contrastam com os lucros registrados pelas cinco maiores instituições financeiras brasileiras, que tampouco navegam em águas tranquilas, porém.

As provisões para perdas de Bradesco, Itaú, Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal tiveram uma expansão de 26,6%, bem superior à dos ganhos. O aumento dos recursos reservados para cobrir calotes está atrelado à possibilidade de prejuízo nas grandes empresas.

Oferta

Esse risco de inadimplência levou os bancos médios a reduzir a oferta de crédito e aumentar a seletividade na hora de emprestar. Eles trabalham exclusivamente com linhas de financiamento para consumidores e empresas, e por isso viram os ganhos minguarem. As maiores instituições faturam também com tarifas cobradas por serviços, com os resultados de seguradoras, planos de saúde e outras atividades.

Votorantim Industrial tem lucro menor em 2015, mas geração de caixa segue forte

06/04/2016 – Fonte: CIMM

A Votorantim Industrial teve queda de 77 por cento no lucro líquido em 2015, devido à reversão no ano passado de impostos diferidos relacionados à operação de níquel e a um ganho extraordinário em 2014 com venda de energia.

O grupo - cujo balanço consolida resultados de operações em cimentos, siderurgia, metais e energia, entre outros - teve lucro anual de 382 milhões de reais, sobre uma receita líquida recorde de 31,5 bilhões de reais, alta de 11 por cento.

O Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação) foi de quase 7 bilhões de reais no ano passado, queda de 2 por cento.

Segundo a companhia, o bom desempenho das operações externas, dividendos extraordinários recebidos da produtora de celulose Fibria, que tem a Votorantim no bloco de controle, e a venda de terras no quarto trimestre ofuscaram o impacto da debilidade da economia brasileira no Ebitda.

Como resultado do aumento de dois dígitos da receita e da leve retração da geração de caixa, a margem Ebitda do grupo teve redução de 3 pontos percentuais em 2015, para 22,2 por cento.

A alavancagem medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda estava em 2,78 vezes em dezembro, acima do índice de 2,31 um ano antes, mas menor que os 3,23 de setembro de 2015.

A Votorantim terminou o ano com dívida bruta de 30,5 bilhões de reais e com caixa e disponibilidades de 10,6 bilhões de reais, além de possuir duas linhas de crédito rotativo até 2020 que totalizam 1,2 bilhão de dólares. O prazo médio de vencimento da dívida é de 7,4 anos.

"Os recursos em caixa e equivalentes financeiros... são suficientes para cobrir todas as obrigações nos próximos 42 meses", disse a Votorantim.

Quarto trimestre

Entre outubro e dezembro de 2015, a Votorantim Industrial teve prejuízo líquido de 219 milhões de reais, revertendo lucro de 572 milhões de reais um ano antes.

A receita líquida no quarto trimestre foi de 8,2 bilhões de reais, alta de 10 por cento na comparação anual, e o Ebitda ajustado alcançou 2,1 bilhões de reais, expansão de 25 por cento sobre os mesmos três meses de 2014.

Em janeiro, o grupo promoveu uma simplificação societária, pela incorporação da Votorantim Participações pela Votorantim Industrial, que passou a ser denominada Votorantim S.A.

Projeto busca soluções para setor metalmecânico em Nova Friburgo, RJ

06/04/2016 – Fonte: CIMM

Estão abertas as inscrições para o projeto "#MandaProSenai" em Nova Friburgo, na Região Serrana do Rio. Nesta quinta-feira (7), entre 15h e 17h, empresários do setor metalmecânico podem tirar dúvidas sobre o projeto que tem como objetivo buscar soluções para os problemas enfrentados no dia a dia da indústria. A atividade acontece na sede do Senai.

Os empresários interessados devem mandar os desafios e problemas enfrentados na empresa até o dia 15 deste mês, através do site da Firjan. Além de Nova Friburgo, outras 35 cidades do estado do Rio participam do projeto.

Os desafios encarados pelas empresas serão analisados por estudantes do Senai. A ideia é que os estudantes testem seus conhecimentos, entrem em contato com a realidade da indústria metalmecânica e se preparem ainda mais para o mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, as empresas estarão ajudando a formar profissionais.

Segundo informações da Firjan, os desafios serão analisado e, caso seja selecionado, um grupo de estudantes do Senai irá desenvolver um projeto para propor a solução.

Durante o desenvolvimento das ideias, os alunos vão visitar a empresa para tirar dúvidas e aperfeiçoar o projeto. No final do estudo de caso, terão protótipos fiéis às necessidades da indústria.

O Senai fica na Rua Prefeito Eugênio Muller, 220, no Centro.

Trumpf levará alta tecnologia à Feimec, uma nova proposta para o setor de máquinas e ferramentas

06/04/2016 – Fonte: CIMM

A Trumpf, líder mundial em alta tecnologia para o corte e o processamento de chapas metálicas, irá participar da primeira edição da Feimec - Feira Internacional de Máquinas e Equipamentos, que acontecerá no São Paulo Expo Exhibition & Convention Center, em São Paulo, entre os dias 3 a 7 de maio de 2016.

Para comemorar seus 35 anos de presença no Brasil e a realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, a Trumpf irá prestar uma homenagem aos atletas e esportes olímpicos com a exposição "Jogos Olímpicos".

Quem visitar o estande da empresa na Feimec poderá ver um conjunto de esculturas de aço cortadas a laser alusivas a 12 esportes olímpicos, entre eles, ginástica, natação, basquete, vôlei, tênis, remo, judô e atletismo.

As esculturas reproduzem atletas em movimento, medem aproximadamente 50 cm de altura e foram cortadas em aço inoxidável com 1,5 mm de espessura, com a máquina TruLaser 5030 fiber de 8 kW. O projeto foi desenvolvido pela Trumpf do Brasil.

Máquinas em exposição

Em seu estande, a Trumpf irá apresentar as novidades nas tecnologias de puncionamento, marcação e portáteis.

Puncionamento

A nova integrante na linha de puncionadeiras é a TruPunch 2000, considerada a mais produtiva da sua classe. Ideal para quem pretende entrar no mundo da perfuração automatizada juntamente com o sistema de automação Sheet Master Compact.

A máquina assegura maior produtividade e flexibilidade máxima de produção, tem eixo de alta velocidade, tempos curtos de preparação e executa 900 golpes por minuto na perfuração e 1600 na marcação, além de permitir a rotação de ferramenta em 360°, o que capacita a produzir uma ampla gama de peças.

Marcação

Os sistemas de marcação a laser da Trumpf são reconhecidos pela alta qualidade de gravação em uma ampla e variada gama de materiais. Na Feimec será apresentada a máquina de marcação - Trumark 5010. Compacta e pesando aproximadamente 20 kg, a máquina pode ser utilizada para a marcação a laser em células solares, relógios,

frascos de perfume, óculos de sol, marca-passos, telefones celulares, acessórios para banheiro e delicadas cascas de maçã, sem alterar as propriedades físicas dos produtos. Sua tecnologia é empregada atualmente também na marcação de componentes utilizados na fabricação de automóveis e aeronaves que precisam ser rastreados.

Power Head - a mais recente tecnologia em puncionadeiras portáteis

Entre as portáteis que a Trumpf irá expor na Feimec está a tecnologia mais recente em puncionadeira e tesouras portáteis - a tecnologia Power Head.

As novas máquinas portáteis de corte da Trumpf com tecnologia Power Head são movidas por baterias recarregáveis de íon de lítio, de alta potência, o que melhora sensivelmente a mobilidade na operação.

São até 30% mais leves que as outras máquinas do mercado e apresentam um design compacto e ergonômico que aumenta o conforto ao operador.

O visitante poderá comprovar o desempenho das máquinas portáteis Power Head em ação durante a feira e ainda conhecer a linha de fixadoras, cravadeiras e máquinas para fechamento de dobra para dutos retos e curvos, com auxílio técnico dos vendedores da Trumpf.

Glencore pode vender fatia em negócio agrícola, diz jornal

06/04/2016 – Fonte: CIMM



A mineradora e comercializadora de commodities Glencore está em negociações avançadas para vender uma parcela em seu negócio agrícola para o conselho de planos de pensões do Canadá (CPPIB, na sigla em inglês), noticiou o jornal The Wall Street Journal, citando pessoas familiarizadas com o assunto.

O CPPIB assumiria uma parcela de até 40 por cento, avaliando o negócio em cerca de 6 bilhões de dólares, disse o jornal nesta terça-feira, citando uma fonte.

A Glencore e o CPPIB não quiseram comentar.

O fundo de pensão canadense provavelmente venceu um leilão que a Glencore estava administrando e um acordo pode ser anunciado ainda esta semana, noticiou o jornal.

A gigante comercializadora suíça disse no mês passado que faria desinvestimentos para escorar suas finanças, visando lidar com a deterioração das commodities e reduzir sua dívida.

State Grid visita Abengoa e estuda aquisições, dizem fontes

06/04/2016 – Fonte: Exame

A estatal chinesa State Grid realizou visitas a projetos de transmissão de energia da Abengoa no Brasil, para avaliar uma eventual aquisição dos ativos, após a companhia espanhola ter paralisado todas suas obras no país em meio a uma crise financeira, afirmaram à Reuters duas fontes com conhecimento do assunto.

Segundo uma das fontes, uma autoridade federal próxima das negociações, a venda de todo o pacote de ativos da Abengoa no Brasil aos chineses é vista como alternativa preferencial em Brasília, porque a State Grid é considerada a única companhia com fôlego financeiro para o negócio, e a prioridade seria dar uma solução definitiva para o caso.

A fonte afirmou, sob a condição de anonimato, que o governo não gostaria de realizar uma venda em separado dos ativos da Abengoa para vários agentes, porque o processo seria mais lento e poderia resultar em ativos sem interesse.

A State Grid, que tem investido no Brasil desde 2010, em montantes que superam 1 bilhão de dólares, não fez comentários sobre a visita aos projetos da Abengoa.

A empresa chinesa apenas reiterou em nota à Reuters que "há interesse nos ativos da Abengoa, mas que nenhuma proposta formal foi realizada". No início de março, a companhia já havia divulgado tal posicionamento.

A Abengoa não respondeu a um pedido de comentário.

O Ministério de Minas e Energia realizou desde o final do ano passado uma série de reuniões com investidores brasileiros e internacionais de transmissão, com o objetivo de encontrar interessados nos ativos da Abengoa, que incluem linhas em operação e projetos a serem implementados.

Entre as linhas a cargo da companhia estão estruturas vistas como essenciais para escoar a produção da hidrelétrica de Belo Monte, do Pará ao Nordeste, e para levar à rede a energia de usinas eólicas e solares.

Especialistas têm dificuldade em estimar os montantes que poderiam ser envolvidos no negócio, uma vez que a Abengoa possui linhas já em operação, que geram receita, mas também cerca de 6 mil quilômetros em linhas em construção, em diferentes estágios, e muitas delas ainda demandando investimentos bilionários.

Além disso, a espanhola deixou mais de 800 milhões de reais em dívidas junto a fornecedores de equipamentos, que já têm as peças prontas, mas não realizaram a entrega pela falta de pagamento, segundo a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

Já a State Grid tem investido fortemente no Brasil, onde chegou em 2010 por meio da aquisição de sete companhias de transmissão no valor de 989 milhões de dólares.

Desde então, os chineses já investiram mais 200 milhões de reais em uma sede no Rio de Janeiro e arremataram diversos projetos em leilões do governo, como os dois linhões de ultra-alta tensão que levarão a energia de Belo Monte do Norte ao Sudeste do país, atualmente em construção.

Conjuntura complexa desafia o setor

06/04/2016 – Fonte: Diário do Comércio

A conjuntura complexa no Brasil traz grandes desafios para o setor de seguros que, apesar de ter se mostrado resiliente, foi impactado desde o último trimestre do ano passado, de acordo com Marcio Coriolano, presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg). Além do capital passar a ter custo "significativo", cresce, conforme ele, a aversão ao risco.

"O País vive momentos bastante complexos desde 2015 e que atingem todos os setores econômicos. O Brasil está passando por um momento de concentração bastante grande de autoridades, empresários em busca de resgatar a trajetória

vencedora de crescimento da última década”, avaliou ele, na abertura do 5º Encontro de Resseguro do Rio de Janeiro, promovido pela CNseg.

De acordo com Coriolano, apesar do cenário complexo, o mercado de seguros e resseguros tem condições de contribuir para a recuperação da economia brasileira via a venda de apólices.

Em relação às oportunidades no Brasil, o executivo citou o de grandes obras, que, embora tenha sido impactado pela Operação Lava Jato, tem possibilidade de ampliar a cobertura do seguro. Atualmente, o seguro garantia para grandes obras cobra 5% do valor do projeto. O mercado estuda ampliar tal porcentual para 30%. Coriolano citou ainda os setores de saúde e rural, que, apesar do risco elevado, merecem atenção do mercado de resseguros.

Pedidos de recuperação batem recorde

06/04/2016 – Fonte: Diário do Comércio

As solicitações de recuperação judicial avançaram 114,1% no primeiro trimestre de 2016 na comparação com igual período de 2015, para 409 pedidos, segundo a Serasa Experian. Trata-se do maior valor já registrado no período em toda a série histórica, iniciada em 2006, após a entrada em vigor da nova Lei de Falências, em junho de 2005.

De acordo com a instituição, as micro e pequenas empresas, que são maioria no mercado, lideraram os requerimentos de recuperação judicial entre janeiro e março, com 229 pedidos, seguidas pelas médias, com 109, e pelas grandes companhias, com 71.

Segundo os economistas da Serasa, “o prolongamento e a ampliação do atual quadro recessivo da economia brasileira aliados à elevação dos custos operacionais e financeiros têm levado a recordes mensais consecutivos dos requerimentos de recuperações judiciais”.

Na comparação com março de 2015, o total de pedidos de recuperação judicial cresceu 110,7%, de 75 para 158. Já na passagem de fevereiro para março, o avanço foi de apenas 1,9%, de 155 para 158 ocorrências.

Conforme explica a Serasa, o requerimento de recuperação judicial consiste na entrada do pedido em juízo por parte da empresa, acompanhado da documentação prevista em lei, que será analisada pelo juiz. Neste momento, o magistrado verificará se o pedido poderá ou não ser aceito.

Após esta etapa, o juiz analisa a documentação e, caso os requisitos sejam cumpridos, a solicitação é deferida e o processo segue para a etapa seguinte, que consiste na apresentação de um plano de recuperação. Só após a aprovação deste plano e o cumprimento de todas as exigências legais a recuperação judicial é concedida.

Falências - De janeiro a março, os pedidos de falência totalizaram 391, o que representa uma alta de 14,3% em relação ao mesmo período de 2015, quando o total ficou em 342. Deste montante, 192 foram de micro e pequenas empresas, 98 de médias companhias e 101 de firmas de grande porte.

Apenas no mês de março, as falências requeridas somaram 158, avanço de 19,7% ante fevereiro e de 12,9% na comparação com março do ano passado. Ao todo, 140 companhias pediram falências em março. As micro e pequenas empresas foram responsáveis pelo maior número de pedidos de falência em março: 69. Em seguida, estão as médias (41) e grandes (48).

Plenário avança na discussão da PEC dos Precatórios e da que agiliza processos por acidente de trabalho

06/04/2016 – Fonte: Senado Notícias



- [PEC 127/2015](#)
- [PEC 159/2015](#)

Duas propostas de emenda à Constituição passaram nesta terça-feira (5) pela segunda sessão de discussão no Plenário do Senado. Uma delas foi a [PEC 127/2015](#), que transfere da Justiça estadual para a Justiça federal a competência para o julgamento de causas decorrentes de acidentes de trabalho nas quais a União, as entidades autárquicas ou empresa pública federal sejam parte interessada. A outra foi a chamada PEC dos Precatórios ([PEC 159/2015](#)), que trata do pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais.

De autoria do senador José Pimentel (PT-CE), a PEC 127/2015 visa agilizar o julgamento de causas previdenciárias. O texto assegura ainda que sociedades de economia mista federal também passem a ter o mesmo tratamento.

Já a PEC dos Precatórios — débitos dos estados e municípios contraídos em função de condenações judiciais — define regras para o pagamento e a origem dos recursos, priorizando titulares e herdeiros com mais de 60 anos, doenças graves ou deficiência.

As duas propostas ainda precisam passar por mais três sessões de discussão antes de serem votadas em primeiro turno no Plenário do Senado. São necessários 49 votos para a aprovação. Se aprovadas, serão realizadas mais três sessões de discussão antes da votação em segundo turno.

Comissão da Desburocratização do Senado acata sugestões da Fenacon, FBC Ibracon e CFC

06/04/2016 – Fonte: Portal Contábil



A Comissão dos Juristas Pela Desburocratização (CJD) do Senado, presidida pelo ministro Mauro Campbell, concluiu a proposta que altera Código Tributário Nacional na última segunda-feira (28), com uma série de medidas que têm o objetivo de simplificar processos e eliminar burocracias desnecessárias, divididas em um anteprojeto de Lei Complementar e uma Proposta de Emenda à Constituição.

Dos 21 artigos presentes nos projetos, 10 contemplam totalmente ou parcialmente as propostas elaboradas pela Fenacon em parceria com a Federação Brasileira de Contabilidade (FBC), o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Entre as propostas acatadas, há a necessidade de lei para a instituição de obrigações acessórias e a dispensa da exigência de obrigação criada ou ampliada após 30 de junho do mesmo exercício; a adoção do CNJP como cadastro único para a administração tributária da União, estados e municípios; o tratamento diferenciado e simplificado às micro e pequenas empresas; as mudanças no Processo Administrativo Fiscal, que busca resolver, na instância administrativa, questões relativas à aplicação ou interpretação da legislação tributária, por meio de edição de lei complementar; a proibição de exigência ao cidadão de dados que já estejam em poder do governo e o fornecimento da certidão de situação fiscal em até 24 horas; a integração dos bancos de dados entre os órgãos do governo e entre municípios, estados e União; estabelecimento de prazos para petições e recursos administrativos; e a proibição de exigência de documentação ou formalidade que exceda os requisitos indispensáveis à inscrição ou cancelamento de pessoa jurídica, entre outras medidas.

O projeto foi entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para ser transformado em Projeto de Lei e iniciar a tramitação.

Para o Diretor Político-Parlamentar da Fenacon, Valdir Pietrobon, essa iniciativa representa um avanço significativo para as empresas. "A burocracia é um dos grandes entraves para o funcionamento de uma empresa e pode resultar inclusive em falência. O aprimoramento da legislação beneficia diretamente os empresários, sem prejudicar em nada o governo", avaliou.

O Vice-Presidente da Região Centro-Oeste da Fenacon, Cláudio Junior, que acompanhou a realização do projeto, afirma que as medidas, quando aprovadas, representarão um avanço.

"A proposta dessas medidas vem em um momento crucial para o país. Mais do que nunca, faz-se necessária a desburocratização dos processos em todas as esferas", analisou. A CJD entregará o documento ao presidente do Senado, Renan Calheiros, em 4 de abril, e a íntegra do documento deverá ser disponibilizada após essa data.

Propostas para a desburocratização

A CJD começou a trabalhar no documento no segundo semestre de 2015. No final de 2015, a Fenacon elaborou o documento "Propostas para a desburocratização", em conjunto com a FBC Ibracon e CFC, que continha propostas elaboradas a partir da experiência das entidades, que trabalham diretamente com diversos processos relacionados a tributos, burocracias, administração pública e toda a legislação atrelada.

Fechamento de empresas deverá ser feito em dois dias úteis, segundo projeto de Hélio José

06/04/2016 – Fonte: Portal Contábil



O senador Hélio José (PMDB-DF) apresentou projeto de lei ([PLS 150/2016](#)) estabelecendo que o fechamento de empresas seja feito em até dois dias úteis. Atualmente, tanto para abrir quanto para fechar empresas no Brasil, as dificuldades são inúmeras e agravadas pela burocracia.

Segundo o senador, o objetivo é que o fechamento de empresas seja simplificado, sem tirar dos donos de empresas as responsabilidades por irregularidades existentes juntos aos órgãos públicos, sejam municipais, estaduais ou federais.

Hélio José explicou como funcionará a lei, caso aprovada, ao jornalista Adriano Faria, da Rádio Senado.

Registro de MEIs supera abertura de micro e pequenas empresas abertas no Brasil

06/04/2016 – Fonte: Portal Contábil



O número de microempreendedores individuais (MEIs) registrados no Brasil superou o número de empresas abertas no início deste ano. Criada em 2008, a categoria já registrou, até o mês passado, 5.720,194 microempresários, superando em 20% o número de micro e pequenas empresas (MPEs) abertas no período, que somam 4.777.069.

Apenas no mês de janeiro, o número de empresas criadas no Brasil bateu recorde, registrando alta de 10,4% em relação ao mesmo mês do ano passado, com o registro de mais de 166 mil novos cadastros de pessoa jurídica (CNPJ), maior patamar para o mês no acompanhamento iniciado há seis anos pela Serasa Experian.

A maior quantidade de novas empresas ocorreu na modalidade Microempreendedor Individual (137.301), esquema simplificado de formalização para quem estima um faturamento de no máximo R\$ 60 mil por ano. Segundo a Serasa, isso reflete o período de retração da economia, no qual as pessoas que perdem o emprego veem a abertura de um negócio como alternativa.

O setor de serviços foi o mais procurado, correspondendo a 62,6% dos novos empreendimentos, seguido pelo comércio (28,7%). A indústria respondeu por apenas 8,4% dos nascimentos de empresas em janeiro de 2016.

O momento em que uma pessoa física decide se formalizar e abrir um CNPJ também é propício para investir numa forma eficiente de fazer a gestão das cobranças e recebimentos da empresa, alerta a Gerencianet, que oferece soluções de pagamento, cobrança e gestão de clientes para empresas de diferentes portes.

Uma das maiores vantagens de contratar os serviços de uma intermediadora de pagamentos é o fato de não precisar enfrentar a burocracia bancária. O empresário pode emitir cobranças por boletos, carnês e cartão de crédito sem precisar de uma negociação direta com o banco.

Os MEIs são aquelas pessoas que trabalham por conta e querem se formalizar tanto para gerar nota fiscal quanto para ter direito a benefícios, como aposentadoria, auxílio-maternidade, auxílio-doença, dentre outros. Estes empresários são isentos de tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL), devendo apenas recolher o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

O valor do DAS varia de acordo com o tipo de atividade exercida pela empresa. Para comércio ou indústria, o recolhimento é de R\$ 45,00 para os casos de prestação de serviço R\$ 49,00 e comércio serviços, o DAS a ser recolhido é de R\$ 50,00. Todos os valores são fixos e mensais e são destinados a Previdência Social, ICMS ou ISS.

Os requisitos para abrir um CNPJ na modalidade MEI são ter faturamento anual de

até R\$ 60.000,00 ou até R\$ 5.000,00 por mês e não participar de outra empresa como sócio ou titular. Ele pode, ainda, ter um funcionário registrado recebendo um salário-mínimo ou o piso da categoria. Para cadastrar-se enquanto microempreendedor individual é preciso entrar no Portal do Empreendedor e preencher os dados para abertura da empresa. Ao final do processo, o cidadão já terá registro na Junta Comercial, INSS e Alvará Provisório de funcionamento.

Mulheres são minoria no acesso ao crédito

No ano de 2006, Reinilda Maria dos Santos e Silva tinha 35 anos e estava desempregada com um filho de apenas 4 anos. Mineira da cidade de Janaúba, mudou-se jovem para Santo André, interior de São Paulo, em busca de vida melhor. "Cheguei a um ponto de meu filho me pedir leite e só ter água para dar a ele. Na assistência social, recebi ajuda de R\$ 50,00. Com R\$ 40,00, comprei alimentos para o meu filho.

Com os R\$ 10,00 que sobraram, comprei uma barra de chocolate, uma farinha e fiz pães de mel para vender na rua por R\$ 0,99. Vendi tudo e voltei para casa com R\$ 30,00", conta.

Reinilda não sabia na época, mas tornara-se uma microempreendedora. A fama da confeitadeira espalhou-se pela cidade, e as coisas começaram, finalmente, a melhorar. Em 2013, ela ganhou o prêmio Pequenas Gigantes: Desafio São Paulo para Microempreendedoras, de R\$ 5 mil, promovido pela organização social Aliança Empreendedora. "Fomos três eleitas entre 140 mulheres microempreendedoras. Com o dinheiro, reformei meu comércio."

Mulheres como Reinilda representam quase a metade dos pequenos empresários brasileiros (47,4%), segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). No entanto, apenas 24% delas solicitaram empréstimo bancário em nome da empresa no primeiro semestre de 2015. O estudo do Sebrae aponta ainda que as mulheres costumam pedir valores cerca de 50% menores que os homens.

De acordo com o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, dos 5,6 milhões de empresários cadastrados na categoria Microempreendedor Individual (MEI), 77% querem crescer e se tornar micro ou pequena empresa. Entretanto, menos da metade se relaciona com bancos como pessoa jurídica.

Cerca de 80% utilizam financiamento que não passa por instituições financeiras, como negociação com fornecedores e cheque pré-datado.

Acordo melhora proteção de produtos dos pequenos

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) assinou acordo de cooperação técnica com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) para melhorar o acesso dos pequenos negócios à proteção de seus principais ativos intangíveis, como marca, design de embalagens e produtos, programas de computador e patentes de tecnologia, de modo a ampliar a competitividade do setor.

Segundo o Inpi, os pedidos de patentes de microempreendedores individuais (MEI), microempresas e empresas de pequeno porte representaram 11% do total de depósitos (33.043) feitos no ano passado, mostrando expansão de 8,7% em comparação ao ano anterior. Já os 64 mil pedidos para registro de marcas de pequenos negócios corresponderam a quase metade das 158.709 solicitações efetuadas em 2015.

O presidente do Inpi, Luiz Otávio Pimentel, disse que a proteção dos ativos intangíveis vem subindo no Brasil, mas não na medida do crescimento dos pequenos negócios. "Para o microempresário que cada vez mais é organizado e para as empresas de base tecnológica, é importante conhecerem as possibilidades de terem os bens intangíveis protegidos, porque isso beneficia bastante esse setor", afirma Pimentel.

Pimentel destacou que o acordo firmado com o Sebrae dá início a um movimento de conscientização dos micro e pequenos empresários para que sejam estimulados a registrar as suas marcas, conheçam os procedimentos de registro no Inpi e busquem sinais que possam distingui-los de outros no mercado.

O presidente do Sebrae nacional, Guilherme Afif Domingos, disse que o acordo vai derrubar o mito de que patente é uma coisa complicada e que leva o pequeno empresário a preferir correr riscos desnecessários.

“Agora, nós estamos quebrando esse mito, por meio de um processo de simplificação para microempreendedor individual, microempresa e empresas de pequeno porte junto ao Inpi, com a revisão total de todos os procedimentos internos, para que nós tenhamos um processo célere de aprovação de marcas e patentes”, diz Afif.

Projeto permite que microempreendedor utilize o endereço residencial

Senadores aprovaram o projeto que permite que o microempreendedor individual exerça sua atividade na própria residência. O texto, que já havia passado pela Câmara dos Deputados e agora segue para sanção, que altera o Estatuto da Micro e Pequena Empresa, criado em 2006, e argumenta que alguns empreendedores poderiam perfeitamente exercer a atividade em casa sem prejuízo para sua segurança.

“É racionalmente e economicamente viável que o empreendedor utilize a sua própria residência para o exercício de sua atividade empresarial, com substancial economia de recursos”, afirma Blairo Maggi em seu relatório.

O projeto já passou pela Câmara e, com a aprovação pelo Senado, segue agora para sanção presidencial. O autor do projeto, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, justifica que a lei em vigor impedia que muitos empreendedores dispusessem da modalidade.

“Alguns empreendedores individuais que poderiam exercer a sua atividade em sua própria residência, sem a necessidade de dispor de estabelecimento para essa finalidade, estão impedidos por legislações, principalmente estaduais, que não permitem que o endereço do empreendimento coincida com o endereço residencial”, reflete.

Em seu relatório na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado, Blairo Maggi (PMDB-MT) diz que a norma se faz necessária para “impedir a disseminação de legislações subnacionais impeditivas e, assim, reduzir os custos operacionais, ampliar a eficiência econômica e estimular o desenvolvimento e a expansão dos microempreendedores individuais no Brasil”.

Cuidados para garantir a formalidade do negócio

- **Segurado Especial**

Atenção! Apesar de a Lei nº 12.873/2013 autorizar o segurado especial a possuir CNPJ, caso você se enquadre nesse perfil e queira formalizar-se como Microempreendedor Individual (MEI), procure antes uma agência do INSS para maiores esclarecimentos e para não perder o benefício de Segurado Especial.

- **Documentação**

O microempreendedor individual está dispensado de contabilidade e, portanto, não precisa escriturar nenhum livro. No entanto, ele deve guardar as notas de compra de mercadorias, os documentos do empregado contratado e o canhoto das notas fiscais que emitir.

- **Relatório Mensal das Receitas Brutas**

Todo mês, até o dia 20, o microempreendedor individual deve preencher (pode ser manualmente) o Relatório Mensal das Receitas que obteve no mês

anterior. Deve anexar ao relatório as notas fiscais de compras de produtos e de serviços, bem como das notas fiscais que emitir.

- **Declaração Anual Simplificada**

Todo ano, o microempreendedor individual deve declarar o valor do faturamento do ano anterior. A primeira declaração pode ser preenchida pelo próprio microempreendedor individual ou pelo contador optante pelo Simples, gratuitamente.

- **Atraso do pagamento**

Caso haja esquecido de fazer o pagamento na data certa, será cobrado de juros e multa. A multa será de 0,33% por dia de atraso e está limitada a 20%, e os juros serão calculados com base na taxa Selic, sendo que, para o primeiro mês de atraso, os juros serão de 1%. Após o vencimento, deve ser gerado novo DAS relativo ao mês em atraso, que já virá com os acréscimos dos juros e multa.

- **Ambulantes**

Antes de se formalizar, o ambulante, com ou sem lugar fixo, deve verificar na prefeitura de sua cidade se pode exercer sua atividade no local escolhido. A obtenção do CNPJ, a inscrição na Junta Comercial e o Alvará Provisório não dispensam o atendimento às normas de ocupação dos municípios, que devem ser observadas e obedecidas.

Embora o Portal do Empreendedor faça a emissão do documento que autoriza o funcionamento imediato do empreendimento, as declarações do empresário, de que observa as normas e posturas municipais, são fundamentais para que não haja prejuízo à coletividade e ao próprio empreendedor, que, caso não seja fiel ao cumprimento das normas como declarou, estará sujeito a multas, apreensões e até mesmo ao fechamento do empreendimento e ao cancelamento do seu registro.

- **Contabilidade**

A contabilidade formal como livro diário e razão é dispensada. Também não é preciso ter Livro Caixa. Contudo, o empreendedor deve zelar pela sua atividade e manter um mínimo de controle em relação ao que compra, ao que vende e a quanto está ganhando. Essa organização mínima permite gerenciar melhor o negócio e a própria vida, além de ser importante para crescer e se desenvolver.

- **Faturamento superior a R\$ 60.000,00**

Nesse caso, há duas situações:

– *Faturamento foi maior que 60.000,00, porém não ultrapassou R\$ 72.000,00.*

Nesse caso, o seu empreendimento passará a ser considerado uma Microempresa. A partir daí, o pagamento dos impostos passará a ser de um percentual do faturamento por mês, que varia de 4% a 17,42%, dependendo do tipo de negócio e do montante do faturamento.

O valor do excesso deverá ser acrescentado ao faturamento do mês de janeiro, e os tributos serão pagos juntamente com o DAS referente àquele mês.

– *Faturamento foi superior a R\$ 72.000,00.*

Nesse caso, o enquadramento no Simples Nacional é retroativo, e o recolhimento sobre o faturamento, conforme explicado na primeira situação, passa a ser feito no mesmo ano em que ocorreu o excesso no faturamento, com acréscimos de juros e multa.

Por isso, recomenda-se que o empreendedor, ao perceber que seu faturamento no ano será maior que R\$ 72.000,00, inicie imediatamente o cálculo e o pagamento dos tributos por meio do aplicativo Pgdas (será aberta nova janela), acessando diretamente o Portal do Simples Nacional (em nova janela).

- **Trabalho para outras empresas**

O microempreendedor individual não poderá realizar cessão ou locação de mão de obra. Isso significa que o benefício fiscal criado pela Lei Complementar nº 128/2008 (será aberta uma nova janela) é destinado ao empreendedor, e não à empresa que o contrata. Significa, também, que não há intenção de fragilizar as relações de trabalho, não devendo o instituto ser utilizado por empresas para a transformação em microempreendedor individual de pessoas físicas que lhes prestam serviços.

- **Alteração e Baixa (extinção) da Inscrição:**

É possível fazer tanto a alteração dos dados cadastrais quanto a baixa do registro do MEI diretamente no Portal do Empreendedor, e não tem custo. Basta acessar o formulário correspondente e preencher os dados. O processo é simples, e resultado é imediato.

Fiat Chrysler anuncia investimento de US\$ 500 milhões na Argentina

06/04/2016 – Fonte: G1



O grupo FiatChrysler investirá US\$ 500 milhões na fábrica de Córdoba, na Argentina, anunciou nesta terça-feira (5) o presidente-executivo Sergio Marchionne. Os investimentos incluem o lançamento de um novo carro no ano que vem.

A fábrica terá capacidade para 100 mil unidades ao ano, com mais de 80% destinado a exportação, principalmente para a América Latina.

A montadora não revelou qual será o modelo, apenas informou que ele só será fabricado em Córdoba, ou seja, não é um modelo global.

A expectativa da imprensa argentina é de que se trata de um novo sedã, mas não o novo Tipo, que foi mostrado como um conceito na Turquia, há quase um ano, ainda sob o nome de Geia.

Lançamentos no Brasil

O comunicado afirmou que "paralelamente ao investimento em Córdoba, a FCA também segue seu plano de investimentos no Brasil, que soma R\$ 15 bilhões no período 2013-2016, prevendo o "lançamento de 3 novos modelos no mercado brasileiro neste ano", onde já lançou a picape Toro.

O próximo lançamento da Fiat no Brasil será o hatch Mobi, cujas primeiras unidades começaram a ser emplacadas.

Fábrica argentina

"Trata-se de uma decisão que eleva a planta de Córdoba a uma posição de destaque no sistema industrial da FCA na América Latina", disse Sergio Marchionne. "Esta fábrica receberá a mais moderna tecnologia hoje disponível no sistema industrial da FCA", acrescentou.

"Este investimento consolida a planta de Córdoba como um centro de produção de classe mundial e como um polo exportador para toda a América Latina e outros mercados potenciais", afirmou Stefan Ketter.

"A FCA reforça sua presença na América Latina, uma região estratégica para o desenvolvimento de nossas marcas", enfatizou o executivo.

Mais conteúdo local

O novo modelo será produzido apenas na planta de Córdoba e deverá usar mais de 50% de peças e equipamentos locais.

Para isso, mais de 20 novos fabricantes de autopeças devem se somar ao parque atual, a fim de produzir cerca de 600 itens, diz a FCA.

No comunicado sobre o investimento, a diretoria do grupo diz ter considerado positiva a disposição do governo argentino de adotar medidas "voltadas ao incremento da competitividade do setor, como as já implementadas nas tarifas de exportação de produtos industrializados, bem como de políticas concentradas no desenvolvimento de um parque de autopeças competitivo".

Ternium teria planos de laminar placas argentinas na Usiminas de Cubatão

06/04/2016 – Fonte: DCI



A Nippon Steel reluta em levar adiante um acordo para separar a Usiminas em duas partes. Fontes ligadas à empresa brasileira afirmam que a Ternium planeja avançar na gestão do complexo de Cubatão (SP) para inclusive laminar placas trazidas da Argentina daqui a alguns anos.

"O desejo da Ternium sempre foi ampliar sua atuação na região. Inicialmente, os executivos queriam um terminal portuário no Rio de Janeiro para trazer placas produzidas na Argentina e serem laminadas no Brasil. Mas agora o plano considera Cubatão mesmo, o que poderá viabilizar investimentos na unidade após toda essa crise", afirma uma fonte.

O negócio dependeria, entretanto, do custo da placa argentina, acrescenta a fonte. "Difícilmente a Nippon aceitaria esse acordo, até porque o grupo voltaria à condição de concorrente da planta de Cubatão", destaca.

A fonte se refere à compra da unidade da Baixada Santista em meados da década de 1990, quando a Usiminas decidiu incorporar a antiga Cosipa (à época estatal) ao grupo mineiro para concentrar ainda mais este mercado.

Nos corredores da Usiminas, a dúvida sobre o futuro é grande. Fontes ponderam que a única saída para estabelecer a recuperação da companhia é a dissolução da sociedade entre argentinos e japoneses.

"A entrada da Ternium no grupo de controle já foi conturbada porque, após assumirem a gestão da Usiminas, os argentinos perceberam como a empresa estava defasada", diz outra fonte.

A reativação das áreas primárias de Cubatão - que incluem redução e aciaria - seria muito custosa e demorada. Porém, segundo apurou o DCI, a Ternium teria interesse em reativar estes processos assim que a economia mostrasse vigor. "Isso deve levar no mínimo dois anos", observa a fonte.

Além disso, ficando com o complexo de Cubatão, o grupo argentino ainda teria à sua disposição o terminal portuário privado integrado à planta.

Do lado da Nippon, existe ainda o desejo de parte dos executivos de comprar a fatia da Ternium, caso a empresa decida sair da sociedade.

Aumento de capital

No próximo dia 18 de abril, a proposta da diretoria da Usiminas de aumento de capital social da companhia em R\$ 1 bilhão, aprovada pelo Conselho de Administração, será apresentada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE).

A Ternium, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que a dissolução da sociedade "não está em pauta" e que a empresa não irá comentar o assunto.

A Usiminas também informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que não vai comentar o tema. A Nippon não foi encontrada para comentar a questão.

Na segunda-feira (4), a agência de classificação de riscos Moody's rebaixou os ratings corporativos da Usiminas de Caa1 (escala global) para Ca. A agência justificou que a decisão é reflexo principalmente do acordo que prevê a renegociação de dívidas com credores e a extensão do prazo de vencimento dos débitos.

"A Moody's acredita que a empresa possui uma estrutura de capital insustentável e que qualquer reestruturação provavelmente acarretará perdas significativas para os detentores dos títulos de dívida", declarou a agência em comunicado à imprensa.

Nokia cortará milhares de postos de trabalho depois de acordo com Alcatel

06/04/2016 – Fonte: R7

A fabricante de equipamentos de telecomunicações Nokia planeja cortar milhares de postos de trabalho globalmente, incluindo 1.400 na Alemanha e 1.300 na Finlândia, parte de um programa de corte de custos na sequência da aquisição da Alcatel-Lucent mais cedo neste ano.

Na França, a Nokia disse nesta quarta-feira que cortará 400 postos de trabalho, mas também criará 500 postos em pesquisa e desenvolvimento, em linha com uma promessa ao governo francês feita no ano passado quando estava negociando o acordo com a Alcatel.

"As promessas feitas pela Nokia quando comprou a Alcatel-Lucent foram mantidas", disse Frédéric Aussedat, representante do sindicato CFE-CGC na França.

A Nokia não quis dar o número total dos cortes no mundo. A companhia emprega cerca de 6.850 pessoas na Finlândia, 4.800 na Alemanha, 4.200 na França e cerca de 104 mil ao redor do mundo.

A Nokia assumiu o controle da Alcatel-Lucent em janeiro depois de sua oferta de 15,6 bilhões de euros em ações, com a meta de competir com a sueca Ericsson e a chinesa

Huawei em um mercado no qual o crescimento limitado e a competição dura estão pressionando os preços.

A Nokia busca obter 900 milhões de euros em sinergias com custos operacionais provenientes do acordo com a Alcatel até 2018.

Estudo critica elevada carga tributária e propõe novo sistema

06/04/2016 – Fonte: R7

A redução no recolhimento de impostos e contribuições verificada nos últimos anos é uma oportunidade para reformar profundamente o sistema tributário brasileiro, avaliam os economistas José Roberto Afonso e Kleber Pacheco de Castro em artigo publicado na *Revista de Administração Tributária, do Centro Interamericano de Administrações Tributárias (Ciat)*.

Isso porque um dos principais temores que impediram o avanço de propostas desse tipo no último ano, o de que poderia haver uma forte queda na arrecadação que poderia colocar em risco o equilíbrio das contas públicas, já se concretizou. É questão de transformar o limão em limonada.

"É unânime o apoio para levar a cabo com urgência uma reforma fiscal, mas diminuiu ligeiramente a força da ideia que prevalecia antes no sentido de que bastariam ajustes pontuais para corrigir as distorções e restaurar a arrecadação e a qualidade dos impostos", diz o texto.

A queda na carga tributária, avaliam, "poderia aumentar a aceitação de propostas que buscam não reformar, mas construir um novo sistema tributário, que se espera concilie quantidade e qualidade, a saber, que arrecade maiores receitas mas de maneira mais equitativa para a sociedade e competitiva para o setor produtivo."

CARGA PESADA

O estudo aponta que, mesmo com a queda recente, a carga tributária brasileira é elevada em comparação com economias semelhantes.

Considerando tudo o que é arrecadado pelas três esferas de governo (União, Estados e municípios), corresponde a 33,3% do Produto Interno Bruto (PIB), contra 19,8% no Chile, 26% nos Estados Unidos e 28,7% da Turquia. E menos do que os 35,9% da Grécia ou 45,2% da França. Os números são de 2014.

Os dados mostram também que, comparado à média dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a tributação direta no Brasil é baixa. Aqui, 41,2% dos impostos e contribuições recolhidos em 2014 recaíram sobre o consumo de bens e serviços.

Essa é uma tributação chamada indireta. Ela é considerada pouco justa, do ponto de vista social, porque incide de forma igual para todas as pessoas, independentemente da renda. A média dos países da OCDE é de 30,7%.

O segundo maior grupo são os tributos sobre os salários e mão de obra: 26,7% no Brasil e 27,2% na OCDE. Comparativamente, o Brasil recolhe pouco sobre o lucro (20,8% contra 33,3%) e sobre o patrimônio (3,8% contra 5,6%).

Governo britânico negocia venda de siderúrgica da Tata para salvar empregos

06/04/2016 – Fonte: The Wall Street Journal



O governo do Reino Unido está negociando com a firma de investimento Liberty House para que ela assuma boa parte das operações britânicas da indiana Tata Steel Ltd., evitando, assim, um fechamento de fábricas que poderia significar o fim da indústria siderúrgica local.

O futuro dessas unidades se tornou um desafio político para o primeiro-ministro David Cameron, que está sendo pressionado a nacionalizar a indústria para salvar milhares de empregos. Cameron vai se encontrar hoje com o primeiro ministro do País de Gales, Carwyn Jones, para discutir o futuro da fábrica da Tata Steel na cidade de Port Talbot, a maior das unidades que pode ser colocada à venda.

“O governo está fazendo tudo o que pode para encontrar uma solução de longo prazo, viável, para salvar a siderúrgica de Port Talbot”, disse Cameron.

O fundador e diretor-presidente da Liberty House, Sanjeev Gupta, disse que está disposto a comprar a fábrica da Tata Steel em Port Talbot, mas quer saber qual tipo de apoio o governo poderia dar à sua firma de commodities de metais, que tem centros de operação em Londres, Dubai, Cingapura e Hong Kong. Ele disse que o governo precisa ajudar nas questões dos passivos do fundo de pensão, os altos custos de energia e os equipamentos deficitários da fábrica, antes que ele considere uma aquisição.

“Eles estão se engajando positivamente, mas [a negociação está] ainda em estágio inicial”, disse ontem Gupta, numa entrevista ao The Wall Street Journal.

O secretário de Negócios do Reino Unido, Sajid Javid, disse que o governo vai considerar todas as opções para ajudar a Tata a encontrar um comprador, incluindo uma possível ajuda do Estado com as obrigações previdenciárias, os custos de energia e regras mais favoráveis nos contratos com o governo. Cerca de 4.300 empregos estão em risco numa região do País de Gales conhecida por sua dependência da indústria siderúrgica.

A Tata Steel, segunda maior siderúrgica da Europa em capacidade de produção, declarou que precisa “urgentemente” vender seus ativos no Reino Unido, que enfrentam graves problemas de financiamento. As operações europeias da companhia registraram nove meses consecutivos de prejuízos até dezembro, segundo os resultados financeiros trimestrais divulgados pelo conglomerado indiano.

O risco de milhares de trabalhadores serem demitidos colocou o governo britânico numa corrida para manter as fábricas da Tata operando, especialmente em Port Talbot. Os líderes do Partido dos Trabalhadores, de oposição, têm exigido a estatização da fábrica, se necessário, para salvar empregos.

As siderúrgicas britânicas vêm sofrendo com os preços baixos do aço e uma onda de importações baratas da China, a maior produtora de aço do mundo. Como as

siderúrgicas consomem muita energia, elas também têm sido afetadas por impostos sobre emissões de carbono e outros tributos destinados a levantar recursos para projetos de energia renovável.

As operações da Tata Steel responderam por cerca de 70% da produção de aço do Reino Unido em 2015.

Outra firma de investimento, a britânica Greybull Capital LLP, vem desde dezembro negociando separadamente com a Tata Steel uma potencial aquisição das operações no Reino Unido e de uma laminadora na França que fornece aço para as indústrias ferroviária e de construção.

Os financiadores por trás da Greybull Capital garantiram 400 milhões de libras esterlinas (US\$ 569 milhões) para reestruturar os ativos, diz uma pessoa a par do assunto. Os dados finais do investimento, assim como prazos, estão sujeitos a mudanças.

Com a saída de outras empresas, a Liberty House tem se mostrado interessada em entrar no mercado siderúrgico britânico. Ela comprou e reiniciou a operação de uma unidade de laminados a quente em Newport, no País de Gales, dois anos e meio após ela ter sido desativada. Depois, adquiriu uma fábrica de tubos de aço e, no mês passado, comprou duas laminadoras escocesas da Tata.

Gupta disse que a indústria siderúrgica britânica tem que mudar suas práticas de produção, fabricando aço a partir de sucata reciclada e não com altos-fornos que usam matérias-primas importadas, como minério de ferro e carvão.

“Estariamos fazendo o mesmo aço”, disse ele, mas de forma mais eficiente, sem o alto custo dos fornos que dependem de material importado. “Temos uma matéria-prima doméstica que atende a todas as nossas necessidades,” disse ele.